

**DISCURSO DE S. EXA. PRIMEIRO-MINISTRO DE PORTUGAL,
ANTÓNIO COSTA**

Conferência Interparlamentar | Sessão I – A Presidência Portuguesa do Conselho da UE
da LXV Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União dos Parlamentos
da União Europeia (COSAC)

31 de maio 2021

Senhor Presidente da Assembleia da República,
Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República,
Senhora Vice-Presidente do Parlamento Europeu,
Senhora Presidente da Comissão Europeia,
Senhoras e Senhores Deputados,

A pandemia da COVID-19 abalou fortemente as nossas economias e as nossas sociedades, a maneira como trabalhamos, como vivemos, como convivemos.

Mas, no decurso desta crise, foi igualmente visível e forte a ação da União Europeia em todos os nossos países, desde a adoção de instrumentos de apoio ao emprego e à atividade económica, à compra conjunta de vacinas, ao maior pacote financeiro jamais adotado a nível europeu – que esperamos pôr brevemente em marcha com a aprovação dos Planos Nacionais de Recuperação e Resiliência.

Quero aqui saudar o rápido processo de ratificação por todos os Parlamentos Nacionais da Decisão sobre Recursos próprios da União Europeia que permitirá à Comissão ir aos mercados para financiar o Plano de Recuperação europeu.

O início do processo de vacinação e a aprovação do Quadro Financeiro Plurianual e do Programa Nova Geração UE abriram a porta à esperança.

Portugal assumiu a Presidência do Conselho num momento decisivo para concretizar as decisões históricas que adotámos em 2020. Foi por isso que escolhemos como lema: **TEMPO DE AGIR: POR UMA RECUPERAÇÃO JUSTA, VERDE E DIGITAL.**



Um lema que sintetiza bem as três prioridades da Presidência Portuguesa que, como temos verificado ao longo dos últimos meses, são amplamente partilhadas pelos nossos parceiros europeus:

- A primeira é a recuperação económica e social da Europa, alavancada nas transições climática e digital;
- A segunda, desenvolver o Pilar Social da União Europeia, garantindo que esta dupla transição não deixa ninguém para trás;
- A terceira, reforçar a autonomia estratégica de uma União Europeia aberta ao Mundo.

Permitam-me elaborar brevemente sobre cada uma delas.

A primeira prioridade – recuperar, respondendo à emergência do presente e lançando bases sólidas para o futuro – depende, desde logo, do sucesso do processo de vacinação. Tudo aponta que conseguiremos cumprir o objetivo que nos fixámos de ter 70% da população adulta europeia vacinada até ao final do verão. Além disso, o Certificado Digital COVID-19, que esperamos possa entrar em vigor a 1 de julho, constitui um importante marco da Presidência Portuguesa, que contribuirá para facilitar a livre circulação na União durante a pandemia e promover a retoma económica.

Também não esquecemos a solidariedade com o resto do mundo, comprometendo-nos a apoiar, através da COVAX e da partilha de 100 milhões de doses de vacinas, para além de diversos compromissos bilaterais, a vacinação à escala global, e a capacidade local de produção, em particular no continente africano. É a única forma de garantir a erradicação total do vírus.

Em paralelo, trabalhamos para pôr em execução todos os instrumentos para uma recuperação económica e social baseada nos motores das transições climática e digital. Concluímos a negociação dos vários programas do Quadro Financeiro Plurianual 2021-27, incluindo os fundos de coesão, o programa de saúde da UE, o Programa InvestEU e o Erasmus+. Também acordámos no Conselho manter políticas orçamentais expansionistas em 2021 e 2022.

Durante o primeiro trimestre, o Regulamento relativo ao Fundo de Recuperação entrou em vigor. Com a ratificação da Decisão relativa ao Sistema de Recursos Próprios, passamos a dispor de capacidade para financiar os Planos Nacionais de Recuperação e Resiliência, os primeiros dos quais serão avaliados pela Comissão no início de junho, permitindo a sua aprovação pelo Ecofin no final desse mês. Portugal foi o primeiro país a apresentar o seu Plano, depois de um processo ímpar de participação cívica, que incluiu consultas públicas, audições de diversos conselhos nacionais setoriais e um ciclo de seminários sobre os diversos temas cobertos pela programação do Plano.

Senhoras e Senhores Deputados,

Todos sabemos que a recuperação só será bem-sucedida ao nível da União se o for ao nível nacional. Também sabemos que só será sustentada e sustentável se a alicerçarmos nos motores de futuro que são as transições climática e digital.

Esta é a década decisiva para cumprirmos o compromisso de neutralidade carbónica em 2050. O acordo alcançado entre Parlamento Europeu e Conselho sobre a primeira Lei do Clima europeia,



uma bandeira da Presidência Portuguesa, é um sinal inequívoco da ambição da União Europeia no combate às alterações climáticas.

Esta é também a década da Europa Digital, da transformação digital das nossas economias e das nossas sociedades e da afirmação à escala global.

Alcançámos importantes acordos sobre a revisão do Regulamento ePrivacy, sobre o Regulamento relativo à remoção de conteúdos terroristas das plataformas digitais, sobre a derrogação de certos elementos da Diretiva ePrivacy para combater a pornografia infantil, sobre o programa Europa Digital, e vamos realizar amanhã e depois a Assembleia Digital, em que promoveremos a assinatura da Declaração de Lisboa que visa desenvolver um ecossistema digital centrado nas pessoas, através do reforço da literacia digital e dos valores democráticos.

Senhoras e Senhores Deputados,

A pandemia e o seu impacto afetaram as nossas sociedades de forma assimétrica, agravando ainda mais as desigualdades existentes. Por isso, para que esta recuperação torne a Europa mais sustentável e forte, temos de garantir que se trata de uma recuperação justa, que beneficia verdadeiramente todos os cidadãos.

A nossa segunda prioridade tem sido, pois, concretizar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais – tema central da Cimeira Social que organizámos no Porto no início de maio.

Aí foi assinado o Compromisso Social do Porto, o acordo tripartido mais abrangente e ambicioso alguma vez alcançado a nível da União Europeia, um compromisso com o futuro e com a esperança, assegurando aos Europeus que as transições climática e digital não serão uma ameaça, mas antes uma oportunidade para todos.

Finalmente, a terceira prioridade da nossa Presidência é o reforço da autonomia estratégica de uma União Europeia aberta ao mundo.

A autonomia estratégica não significa ceder ao protecionismo. Pelo contrário, precisamos de reforçar e diversificar as relações com os nossos parceiros transatlânticos, tanto com a nova administração dos EUA e com o Reino Unido – cujo Acordo de Comércio e Cooperação acaba de entrar em vigor –, como com a América Latina. Temos, aliás, destacado junto da Comissão Europeia a necessidade de valorizar as relações com esta região, finalizando as negociações dos acordos com o México, o Chile e o Mercosul.

Devemos também reforçar as nossas relações com o continente africano, com a região do Indo-Pacífico – no Porto teve também lugar a Cimeira UE-Índia, com uma enorme importância geopolítica, que conduziu a importantes avanços nas negociações dos acordos de comércio e investimento – e, por último, com os nossos vizinhos do Leste e do Sul.

As nossas relações com o continente africano são naturalmente uma prioridade: concluímos as negociações do Acordo pós-Cotonou, organizámos um Fórum de Investimento Verde UE-África e

alcançámos um acordo sobre o Programa Europa Global, 80 mil milhões de Euros, dos quais 30 mil milhões para a África subsaariana.

Também temos trabalhado na questão das migrações, dando prioridade à sua dimensão externa, em particular à importância da cooperação com os países de origem e de trânsito, e o reforço dos



canais legais de migração. Destaco o acordo alcançado sobre a Diretiva Cartão Azul, que coloca a União Europeia entre os melhores destinos para trabalhadores altamente qualificados.

Quanto ao futuro, temos de nos empenhar num debate conjunto, com a mais ampla participação possível, sobre o que queremos construir juntos enquanto União. Este é o objetivo da Conferência sobre o Futuro da Europa, que lançámos a 9 de maio, em Estrasburgo.

A Conferência, na qual os Parlamentos nacionais participam de pleno direito, deverá ser orientada para as políticas e as respostas às expectativas concretas de todos, e não ter como objetivo as questões institucionais ou alterações aos Tratados. Esta Conferência constitui uma oportunidade para que cidadãos e seus representantes estabeleçam um canal de diálogo direto sobre a Europa que querem construir em conjunto para o futuro.

Senhores Presidentes,

Senhoras e Senhores Deputados,

O maior esforço da Presidência Portuguesa, ao longo deste semestre, tem sido o de procurar envolver todos, em cada nível de governação, nas respostas que os cidadãos nos pedem.

A crise pandémica reforçou o nosso sentido de pertença a uma mesma comunidade. Desde o início da crise, instituições europeias e nacionais andaram sempre de mãos dadas e souberam dar uma resposta conjunta e robusta aos anseios dos cidadãos. Os Parlamentos da União Europeia são, por isso, parceiros essenciais para o sucesso da recuperação justa, verde e digital da Europa.

Contamos convosco. Obrigado.

António Costa,

Primeiro-Ministro de Portugal

